

Exercícios de Fixação

1. Julgue os itens a seguir e assinale Verdadeiro ou Falso:

(F) O exame de corpo de delito, direto ou indireto, é dispensável quando outros meios de prova podem suprir sua ausência.

(V) A testemunha não é obrigada a responder todas as perguntas formuladas pelas partes, pois pode invocar o direito de permanecer em silêncio, caso suas declarações possam prejudicá-la na esfera penal.

(F) Os doentes mentais não podem depor em processo criminal, pois não prestam compromisso.

(F) A prisão disciplinar é inconstitucional e caracteriza abuso de autoridade.

(F) A pessoa que pratica crime hediondo não pode ser beneficiada com a liberdade provisória. (pode sim, com a liberdade provisória sem fiança).

(V) Os crimes de corrupção ativa e receptação são afiançáveis. (ver artigos 323 e 324 do CPP).

(V) A falta de comunicação da prisão em flagrante ao juiz torna a prisão ilegal e permite o relaxamento da prisão em flagrante.

(F) Admite-se a prisão em flagrante quando a autoridade previamente prepara as circunstâncias e a cena do crime, de forma que impeça a produção do resultado criminoso. (O flagrante preparado é ilegal).

(F) Está em flagrante delito quem é perseguido no prazo de até 24h seguintes à prática do crime, em situação que faça presumir ser autor da infração. (Não tem esta limitação de tempo e a perseguição tem que ser ininterrupta).

2. Acerca dos requisitos da interceptação telefônica, marque a alternativa correta:

VERDADEIRA a) pode ser determinada em investigação de crimes punidos com reclusão. (detenção é que não pode).

FALSO b) exige-se prova da materialidade e da autoria ou participação em infração penal.

FALSO c) a interceptação telefônica pode ser determinada pela autoridade judicial, para instruir processo criminal ou administrativo.

FALSO d) caso não exista outro meio de se produzir a prova ou este outro meio seja mais dispendioso, será admitida a interceptação telefônica.

FALSO e) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

3. Após o interrogatório, o juiz determinou a prisão de Gilson, estudante de direito, pela prática do crime de vilipêndio a cadáver, apresentando a seguinte fundamentação: “a presença de prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria autorizam o decreto prisional”. A prisão de Gilson é legal? Justifique, analisando os requisitos legais e de admissibilidade.

Resp.: A prisão de Gilson é ilegal! Faltam os requisitos de fumus commissi delicti (fumaça da prática do delito) e periculum libertatis (perigo de

liberdade). Também não cabe prisão pois este crime (vilipêndio a cadáver) não tem pena superior máxima de 4 anos

4. Pedro está sendo processado pela prática do crime de estupro de vulnerável. Através de uma testemunha, a autoridade judicial tomou conhecimento de que em sua residência constam provas da autoria e materialidade do crime. Desse modo, resolveu efetuar busca e apreensão no domicílio de Pedro, tendo de imediato ido realizar a diligência pessoalmente. No momento da busca, Pedro estava almoçando e resistiu quanto à entrada na casa, bem como na abertura de gavetas, razão pela qual a porta e alguns móveis foram arrombados. No local, foram apreendidos inúmeros objetos, cartas e fotos, sendo que os policiais só deixaram a residência tarde da noite. Identifique e justifique se houve alguma irregularidade na busca e apreensão, bem como há alguma prova ilícita ou ilegítima.

Resp.: A única irregularidade do caso em tela é a apreensão de cartas, pois, constitucionalmente, as cartas são invioláveis, salvo se esta for o instrumento do crime.

5. Cláudio foi preso durante o inquérito por haver fortes indícios de que teria praticado o crime de latrocínio. O pedido de prisão foi feito pela autoridade policial, que entendeu ser necessária a prisão de Cláudio para não prejudicar as investigações que estavam em curso. Considerando que o delegado tem conhecimento que só poderá pedir a prorrogação do prazo da referida prisão uma vez, pergunta-se:

a) Qual é a prisão processual a que Cláudio está submetido? Indique a fundamentação legal. **Prisão Temporária.**

b) Qual seria o pedido cabível a ser feito ao juiz pelo advogado de Cláudio?
Pedido de revogação da prisão.

c) Qual o prazo máximo que Cláudio poderá ficar preso durante o inquérito?
Justifique. **O prazo máximo é de 70 dias. Por ser crime hediondo, o prazo é de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias, momento em que pode ser convertida para prisão preventiva, com prazo de mais 10 dias durante o IP.**